

CONTEXT - What factors explain political interest and behavior? The list of answers already produced for the question is extensive and probably as diverse as Human Sciences and the theories created in their domains. This work focuses on a specific portion of the debate - that which understands the political behavior of individuals and groups as a result of culture, family, division of labor, gender relations, traditions, religion and belonging to social classes. They are quite distinct explanatory factors, each one of them could be constituted as its own field of study and separate from the others. In spite of the complexity that the subject imposes and the subsequent limitations to which this endeavor is subject, we believe to be relevant the attempt to articulate such questions in an empirical approach and verify how they relate to data obtained from an opinion poll. **RELEVANCE**: 1) An important branch of the field of political behavior studies is aimed at understanding voters in relation to the electoral process, focusing on concepts such as political sophistication, voting decisions and information acquisition. The predominance of this research agenda is justified by the very centrality of voting for the democratic regime. In this field, it is customary to segment the population into strata to understand social processes. These stratifications are generally inspired by social, economic and political theories that point to strata as founding characteristics - structures rooted in society that differentiate individuals from each other, delimiting personal experiences and possibilities, determining their choices. 2) Although structuralists - in a broad sense - present strong readings of social relations from the perspective of historical macro-processes, their ability to explain individual contexts is somewhat restricted. Important theoretical developments have taken place in a discursive, deductive way. They are not always formally and statistically tested against empirical evidence of individual behaviors, leaving room for contribution. The present study is justified, therefore, by proposing the test of hypotheses of structuralist inspiration to analyze the political behavior of individuals. For this, it transcends both the limits of electoral politics prevalent in studies of political behavior, as well as the boundaries usually attributed to structuralism. **METHODOLOGY**: Probabilistic sample survey of national opinions. Target population - Brazilians over 16 years old, residing in the country, with access to landline telephones. Probabilistic sample at all stages, with stratification by State (Federation Units) and allocation proportional to the size of the population. Telephone numbers drawn randomly from official comprehensive records. Descriptive analysis combined with statistical inference and formal hypothesis testing. Generalized linear regression. **RESULTS**: Data findings fits well with feminist theses, which see gender as one of the founding distinctions of our societies. The assessment of explanations based on concepts of political culture is somewhat restricted in view of the data, which point at the same time to the possibility of interpretations of Marxist origin. Also because the culturalist approach seems to have intermixed with other theories, in a way that variables highlighted by different frameworks could also be considered part of a political culture. In other venue, hypotheses inspired by institutionalism and also those we associate with the concept of symbolic power found little support in the analyzed data. **CONCLUSIONS**: More than an intellectual exercise in testing theories, this work points to the fact that if, as a society, we understand inequality as a problem, the issues raised by feminist theories in relation to gender inequalities are even more pressing. Finally, the results draw attention to the potential of intersectionality as a viable explanatory theory - but we could not address it here due to data limitations, as the original data didn't contain information on race or colour skin. Future developments and research could benefit from encompassing that perspective.

KEYWORDS: political behavior; democracy; interest; participation; family; job; wedding; sexual division of labor; representation; genre; sex; age; religion; income;

INTRODUÇÃO

Que fatores explicam interesse e desinteresse por política? O que influencia determinados indivíduos a querer se informar, conversar e participar da vida política enquanto, para outros, o tema é indiferente? Por que alguns indivíduos participam ativamente, chegando a se candidatar, e para outros a atividade é vista como inóqua?

Perguntas relevantes em objeto caro à democracia, que é a participação e a representação cidadã. Ter uma população engajada parece ainda mais crucial em democracias em retração, pois a inclusão política poderia conferir mais legitimidade ao sistema.

Apesar da relevância do tema, o contexto mundial é de baixos níveis de interesse e de participação - mesmo em democracias ditas estabelecidas ou avançadas. Identificar o perfil padrão de cidadão mais politizado, bem como as motivações daqueles menos engajados politicamente, pode contribuir para um diagnóstico e, quem sabe, vislumbrar soluções para o atrair a população à participação política.

Este trabalho investiga variáveis individuais e seus possíveis impactos sobre o interesse político declarado por cidadãos. A hipótese é de que há, sim, questões pessoais a afetar comportamentos políticos, mas não se trata apenas de gosto, essência, aptidão inata nem personalidade.

Outras variáveis explicativas são sugeridas a partir de revisão bibliográfica de estilo narrativa em que foram abordados estudos de perfil, recrutamento e carreira política. Tais estudos apontam um padrão de políticos com características recorrentes. Apontam também características quase totalmente ausentes.

Veremos, por exemplo, estudos sobre carreira política, nos quais é traçado um perfil característico de candidatos e de eleitos, com certos padrões de entrada e de permanência na política. Tais estudos têm o mérito de apontar nos eleitos não apenas as suas características, mas também as suas "não-características" - isto é, ao identificar as regularidades de perfil, de acesso e de atuação desses grupos no poder, é possível notar também as características que eles não têm.

Tal reflexão traz em si mesma a desconcertante (embora não tão surpreendente) constatação de que nossos estudos sobre candidaturas, campanha e voto são em grande medida estudos do desempenho eleitoral de elites políticas. Até quando tratamos de representação política em eleições, os dados que fundamentam as análises são sobre um seletivo grupo de candidatos e eleitos - e sobre como eles performam na disputa eleitoral. Obviamente, é uma perspectiva de inegável importância. Mas uma dúvida persiste: o que acontece no contexto da não-elites? Como ela se comporta?

Temos já acumulado algum conhecimento sobre os critérios que os partidos utilizam para escolher candidatos: as características que valorizam, os perfis que buscam, os cálculos que fazem para nomear candidatos em termos de probabilidade de vitória - ou pelo menos de agregação aos votos da legenda.

Mas pelo outro lado, desde a visão dos não-candidatos, o que acontece? Quem são as pessoas que deixam de participar do processo eleitoral? Elas gostariam de se candidatar? Por que o fazem ou deixam de fazer?

Isso nos leva a dar um passo atrás no estudo da desigualdade política e dos comportamentos eleitorais, para observar questões relativas à inclusão e os fatores que interferem nas motivações para atuar politicamente.

A abstenção política e eleitoral se deve à simples vontade de não se envolver? Ou está constrangida por arranjos institucionais-legais e outros fatores exógenos como barreiras partidárias? Ou ainda, está condicionada por fatores como sua vida pessoal e carreira? Ter uma carreira, afinal, é um ativo em sua formação de capital político ou uma atividade paralela e concorrente? Enfim, que fatores interferem na entrada de indivíduos para a Política e que, por fim, acabam limitando as opções de voto à disposição do eleitorado? Creio que pensar o fortalecimento da democracia e a melhoria dos processos de representação deve incluir esses questionamentos.